

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca da história da arquitetura e urbanismo no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 51** Na década de 20 do século passado, Gregori Warchavchik construiu três manifestos arquitetônicos como as primeiras obras de arquitetura moderna no Brasil: as Casas Modernistas, que definiram um novo caminho para a arquitetura nacional e mantêm, até hoje, um caráter contemporâneo.
- 52** A história da arquitetura brasileira pode ser dividida em duas partes distintas: antes e depois de 1930, quando passa de um tradicionalismo romântico com olhos para o passado para a arquitetura racionalista e moderna que perscrutava o futuro.

Acerca da sustentabilidade urbana e do planejamento e projeto urbano, julgue os próximos itens.

- 53** Fachada ativa corresponde à ocupação da fachada localizada no alinhamento de passeios públicos por uso não residencial com acesso aberto à população e abertura para o logradouro.
- 54** Os edifícios corporativos envidraçados, frequentemente construídos para abrigar escritórios de grandes empresas, apresentam grande sustentabilidade ambiental e elevada eficiência energética.

Julgue os itens a seguir, a respeito do Estatuto da Cidade, das leis de uso e ocupação do solo e do planejamento e projeto urbano.

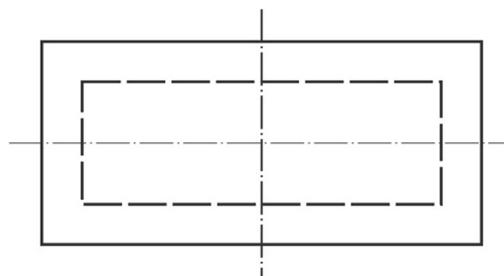
- 55** Entre os parâmetros urbanísticos que definem as formas de ocupação das edificações nos lotes, destacam-se os afastamentos frontais e laterais que buscam garantir condições de conforto adequadas com ventilação e iluminação natural, além de acessos e circulação laterais.
- 56** O Estatuto da Cidade regulamenta instrumentos de política urbana, tais como o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, instrumentos esses cuja aplicação visa promover o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, princípio estabelecido na Constituição Federal de 1988.
- 57** As leis de uso e ocupação do solo definem os parâmetros de ocupação a que estão sujeitas as edificações no interior dos lotes, bem como as áreas públicas externas aos lotes; tais parâmetros são referências técnicas básicas tanto para a elaboração quanto para a aprovação dos projetos de arquitetura.

No que diz respeito ao patrimônio cultural e arquitetônico, julgue os seguintes itens.

- 58** Muitas cidades brasileiras, como política de preservação de seu patrimônio arquitetônico, possuem normas que isentam o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) de imóveis de relevante valor cultural e interesse histórico e cultural, avaliando-se, para isso, além do interesse público em razão do seu viés histórico e cultural, o bom estado de conservação das edificações.
- 59** O sítio arqueológico de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, é um dos conjuntos arquitetônicos históricos mais relevantes do Brasil, declarado Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela UNESCO.
- 60** O conjunto arquitetônico e urbanístico de Brasília foi o primeiro bem contemporâneo reconhecido pela UNESCO como patrimônio histórico da humanidade no Brasil — o projeto de Oscar Niemeyer foi vencedor do concurso para o Plano Piloto de Brasília no qual participaram concorrentes nacionais e internacionais.

Com referência a representação, métodos e técnicas de desenho, julgue os itens que se seguem.

- 61** Conforme a NBR 6492:2021, projeto arquitetônico ou urbanístico é um documento preliminar que contém o levantamento das informações necessárias ao empreendimento, incluindo-se a relação dos setores que o compõem, suas ligações, necessidades de área, características gerais e requisitos especiais, posturas municipais, códigos e normas pertinentes.
- 62** Conforme a NBR 16861:2020, a figura a seguir representa a intersecção em cruz de linhas traço e ponto e encontro em cantos de linhas tracejadas.



- 63** A NBR 17068:2022 estabelece que os valores de dimensões nos desenhos técnicos devem ser colocados acima e próximos ao meio de suas respectivas linhas.
- 64** A NBR 6492:2021 estabelece que no projeto executivo arquitetônico (PE-ARQ) devem constar, entre outros, detalhes de elementos da edificação e de seus componentes construtivos em escalas compatíveis, além de maquetes construídas em escala ou eletrônicas (interior ou exterior).
- 65** A NBR 16752:2020 estabelece que, na legenda de um desenho técnico, devem constar, entre outros dados, o nome do proprietário legal; o título; o número de identificação; e o responsável pelo conteúdo.

No que se refere a política urbana no Brasil e ao que expressa o Estatuto da Cidade, julgue os itens a seguir.

- 66** A exigência de um plano de transporte urbano integrado compatível com o plano diretor ou nele inserido ocorre para municípios com mais de trezentos mil habitantes, por serem classificados como cidades médias no Brasil.
- 67** O padrão de desenvolvimento urbano no Brasil é inclusivo, com distribuição equânime dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, característica tradicional na política urbana do país.
- 68** A obrigatoriedade de existência de plano diretor aplica-se a cidades com menos de vinte mil habitantes e integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- 69** Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nas esferas nacional, estadual e municipal, são consideradas um dos instrumentos para garantir a gestão democrática da cidade.
- 70** Em se tratando de contextos de regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento e aglomerados urbanos no Brasil, em razão de sua complexidade e por envolverem diversos municípios, a participação da população deverá ocorrer exclusivamente por meio de associações de cunho estadual, com abrangência além de limites urbanos específicos.
- 71** O ordenamento e o controle do uso do solo na cidade, por meio de instrumentos próprios, têm, entre seus objetivos, o de evitar o descompasso entre a ocupação do solo e a infraestrutura existente, bem como a exposição da população a riscos de desastres.

72 A função social da propriedade urbana é cumprida quando contribui para a promoção da qualidade de vida, da justiça social e do desenvolvimento das atividades econômicas ao atender aos dispositivos de ordenação da cidade presentes no plano diretor vigente.

No que diz respeito ao parcelamento do solo urbano, julgue os itens a seguir.

73 Equipamentos públicos comunitários são os equipamentos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, sistema de comunicação visual urbano, rede telefônica e gás canalizado.

74 Para evitar o comprometimento dos padrões de desenvolvimento urbano, e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes, a prefeitura municipal pode regularizar loteamentos ou desmembramentos informais e irregulares.

75 No processo da aprovação de um projeto de desmembramento, a planta do imóvel a ser apresentada aos órgãos competentes deverá conter a indicação da hierarquia viária existente e dos loteamentos próximos, do tipo de uso predominante no local e da união ou da divisão de lotes pretendida para o local.

No que concerne a sustentabilidade urbana, julgue os próximos itens.

76 O estímulo ao uso de coletores solares é uma ação relevante para a sustentabilidade urbana e dos edifícios, uma vez que reduz o consumo oriundo de outras fontes energéticas.

77 A integração de políticas urbanas, ambientais e climáticas contribui para aumentar a qualidade ambiental e a resiliência das cidades brasileiras diante dos impactos causados pela mudança do clima.

78 Um exemplo de desenvolvimento urbano de baixo impacto é aquele que prioriza a preservação do ciclo hidrológico natural, privilegiando o afastamento rápido das águas pluviais.

Em relação a aspectos de paisagismo, julgue os itens subsequentes.

79 O projeto de paisagismo urbano é definido como aquele dedicado exclusivamente à recomposição de uma paisagem degradada, especialmente canteiros centrais, jardins, praças e parques, lineares ou não.

80 Nas cidades, espaços livres públicos são aqueles livres de edificação, incluindo ruas, calçadas, áreas permeáveis dentro de lotes, praças e parques.

Em relação a elaboração e contratação de projetos e obras de arquitetura e urbanismo, julgue os itens subsequentes.

81 Memorial justificativo, especificação e orçamento são peças escritas do projeto de arquitetura.

82 Os projetos de fundações, estruturas, instalações e equipamentos eletromecânicos são parte do projeto executivo de arquitetura.

83 Caderno de encargos é um documento com discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo contratante para a contratação, execução, fiscalização e controle de serviços e(ou) obras.

84 A contratação por preço global é feita por um preço fixo e total, de modo que o contratante assume os riscos e as responsabilidades sobre o objeto a ser executado no prazo previamente estabelecido.

85 O programa de necessidades é uma fase de elaboração do projeto de arquitetura e se refere ao estudo de viabilidade do partido arquitetônico a ser adotado.

Julgue os itens a seguir, considerando o disposto na NBR 9077:2001.

86 Não é permitida a iluminação natural nas caixas de escadas enclausuradas à prova de fumaça.

87 As portas localizadas ao longo das rotas de saída e as portas das salas com capacidade acima de 50 pessoas devem abrir no sentido do trânsito de saída.

88 As rampas podem, excepcionalmente, terminar em soleiras, quando não for possível projetar um patamar plano.

Julgue os próximos itens, conforme a NBR 9050:2020.

89 Em se tratando de reformas em edificações de uso coletivo com até 2 pavimentos de no máximo 150 m², as instalações sanitárias acessíveis podem estar localizadas em um único pavimento.

90 As portas de sanitários e boxes acessíveis não devem ser de correr, pois tornam a abertura mais difícil para a pessoa em cadeira de rodas.

91 Mobiliários não podem ser instalados na rota acessível de uma edificação.

92 Em relação à legibilidade das sinalizações de informação, deve haver contraste e os textos e símbolos, bem como o fundo das peças de sinalização, devem evitar o uso de materiais brilhantes e de alta reflexão.

93 Não é necessária a instalação de corrimão no caso de degrau isolado, como no caso de um único degrau.

94 No caso das sequências de 2 degraus, o desnível deve ser sinalizado em toda a sua extensão, no piso e no espelho.

Com base no disposto na Lei n.º 12.378/2010, julgue os itens subsequentes.

95 Para alterações em projeto de arquitetura e urbanismo é necessário consentimento por escrito do autor do projeto, salvo nos casos de reformas de obras já finalizadas.

96 As expressões “arquitetura” ou “urbanismo” podem ser utilizadas para denominar a razão social ou o nome fantasia de sociedade, desde que haja um arquiteto ou urbanista contratado como responsável técnico para a execução de serviços da área.

97 O acervo técnico é de propriedade do profissional e representa as atividades por ele desenvolvidas, e a qualificação técnica de empresas que atuem na área de arquitetura e urbanismo é representada pelos acervos dos profissionais arquitetos e urbanistas comprovadamente a elas vinculados.

No que se refere a conforto ambiental, julgue os itens a seguir.

98 Para se garantir a ventilação natural, é necessário que haja sempre uma saída de ar para permitir o fluxo de ar através do edifício.

99 Considerando-se que, quanto menor a superfície exposta, menor será o ganho e também a perda de calor, é correto afirmar que as coberturas de geometria curva são as mais indicadas para a região árida e seca.

100 Para o clima árido e quente, é ideal que as formas do edifício proporcionem a máxima exposição ao vento e possibilitem o máximo fluxo de ar interno.

Considerando que a estrutura é um mecanismo para suportar a carga e também um princípio de organização do projeto, julgue os próximos itens.

- 101** Os esforços aos quais os materiais de construção estão sujeitos são tensão, compressão, flexão, cisalhamento e deformação.
- 102** O concreto puro tem baixa resistência à tensão e ao cisalhamento e resiste bem à compressão e, combinado ao aço, forma peças estruturais de alta resistência.
- 103** A madeira resiste bem ao cisalhamento e apresenta baixa resistência à tensão e compressão.
- 104** O uso de treliças estruturais tem a vantagem de acomodar dutos e tubos de instalações, enquanto as estruturas típicas exigem um espaço abaixo do seu nível para a acomodação desses sistemas.

Acerca da jurisprudência dos acórdãos do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), julgue os itens que se seguem.

- 105** Os aditivos não são admissíveis em contratos executados no regime de empreitada por preço global, tendo em vista a cláusula expressa de concordância do contratado com o projeto básico, bem como ao fato de a natural variação de quantitativos na empreitada por preço global ser de conhecimento prévio do contratado.
- 106** Benefícios e despesas indiretas (BDI) relacionam-se à taxa correspondente às despesas indiretas e ao lucro aplicado ao custo direto de um empreendimento (materiais, mão de obra, equipamentos), taxa essa que pode ser inserida na composição dos custos unitários ou pode ser aplicada ao final do orçamento, sobre o custo total.
- 107** O TCU definiu faixas aceitáveis para os valores das taxas de benefícios e despesas indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como as diretrizes para efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas.
- 108** Conforme acórdão do Plenário do TCU, apenas os arquitetos e engenheiros da administração pública federal deverão adotar, nas licitações, os novos parâmetros para análise das taxas de benefícios e despesas indiretas (BDI) de obras públicas executadas com recursos federais, sob pena de sofrerem acusações de superfaturamento pelo tribunal.
- 109** O TCU editou acórdão com vistas a uniformizar procedimentos sobre a utilização do regime de empreitada por preço global para a contratação de obras públicas.
- 110** Na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, deve-se utilizar como referência o impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do orçamento: no caso de construção de edifícios, os valores percentuais 1.º quartil 13,49%; médio 16,23% e 3.º quartil 18,87%.

No que concerne a planejamento do uso e ocupação do solo urbano, julgue os itens a seguir.

- 111** O coeficiente de aproveitamento é o fator estabelecido para cada uso nas diversas zonas: multiplicado pela taxa de ocupação da área da edificação define a área máxima computável admitida nesse mesmo terreno — ou seja, é a relação entre a área edificável e a área total do terreno.
- 112** O recuo do alinhamento predial é a distância mínima perpendicular entre a fachada da edificação, incluindo o subsolo e o alinhamento dos limites do lote.
- 113** O uso do solo se refere a intensidade e forma com que o solo será utilizado, tipos de edificações, altura das construções, densidade populacional, enquanto a ocupação do solo está ligada à finalidade do zoneamento da região, podendo incluir atividades residenciais, comerciais, industriais, de serviços e recreativas, entre outras.
- 114** O conhecimento das condições de permeabilidade do solo, um dos atributos físicos mais importantes para indicar a qualidade do solo, é de suma importância para o uso e a ocupação do solo urbano, pois interfere em fatores como drenagem, rebaixamento do nível da água e recalques.
- 115** A taxa de ocupação é o percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação ou edificações sobre o plano horizontal e a área do lote ou terreno onde se pretende edificar.

Com base no disposto no Estatuto da Cidade, julgue os itens seguintes.

- 116** O direito de superfície regula a formação de estoques de terras públicas sem necessidade de desapropriação.
- 117** Quando um imóvel urbano for necessário para a preservação por ser considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural, o proprietário pode fazer o uso do diploma da transferência do direito de construir.
- 118** Os planos diretores de todos os municípios devem adotar a outorga onerosa do direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado sem restrições, mediante contrapartida da transferência do direito de construir a ser prestada pelo beneficiário.
- 119** Observa-se o direito de preempção quando o proprietário transfere o direito de utilização do solo, do subsolo ou do espaço aéreo de um terreno sem a transferência do direito de propriedade.
- 120** Em se tratando de usucapião especial, aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.